

Incluir excluindo ou excluir incluindo: escola destinada ao público gay e o processo (tentativa) de inclusão social

Renan Antônio da Silva¹
Marilda Silva²

Resumo. Algumas das políticas públicas inseridas no Governo Federal têm como finalidade sanar questões relativas à homofobia no ambiente escolar. O Programa Federal Brasil “Sem Homofobia” foi lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) em 2004, através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Este programa tem como objetivo combater a violência e a discriminação contra o grupo LGBT e promover cidadania homossexual, questionando temas relativos à homossexualidade em todos os Ministérios do Governo, além de propor políticas que apreciem esta população nas mais variadas esferas, entre elas a educação. No âmbito destas políticas, foi criada em Campinas-SP uma escola voltada para o público LGBT, chamada E-JOVEM. Desse modo, este artigo objetiva conhecer a realidade vivida pelos alunos e professores nessa referida escola e as possíveis transformações vividas tanto no âmbito pessoal (aprendizagem, liberdade, entre outros) quanto no âmbito coletivo, relativo ao combate à homofobia. A coleta de dados aconteceu em duas etapas: inicialmente foram realizadas observações participantes no ambiente escolar, e em seguida foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com docentes e discentes da escola. Os resultados preliminares apontam que afirmar-se gay ou lésbica é dizer, a princípio, que não viverá segundo o natural e o convencional, que irá experimentar uma forma nova de casamento e família, que não a esperada por pais, tios, avós, etc.

Palavras-chave. Homofobia. Educação. Políticas públicas. Desenvolvimento humano e social. Desenvolvimento como liberdade.

1 Introdução

O presente artigo é fundamentado nas reflexões sobre homofobia e política (BORRILLO, 2001; WELZER-LANG, 2001; TIN, 2008; SCHULMAN, 2009) desenvolvida no campo das Ciências Humanas. Procura pensar, principalmente, através das ferramentas teóricas e metodológicas da Antropologia e da História (LEGOFF,

¹ Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PSDE), sob o processo de número 99999.006746/2015-02 UNESP (Rio Claro) e ISCTE (Lisboa). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP - Rio Claro. E-mail: lepp@rc.unesp.br

² Doutorado em Educação, pós-doutorado em Estudos Comparados em Educação pela Universidade de Lisboa (Prof. António Nóvoa - 2001-2002) e pós-doutorado em História da Educação Espanhola Faculdade de Educação - Universidade de Salamanca (2010 com o catedrático José María Hernandez Diaz). Livre-docente e MS 5.III da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Araraquara-SP. E-mail: marilda@fclar.unesp.br

1990; MAUSS, 1993; PORTELLI, 1996; EVANS-PRITCHARD, 2007), como as violências, toleradas pela população homossexual na escola, torna-se uma categoria de política pública no âmbito do Ministério da Educação do Governo Federal que lançou, em 2004, o Programa Federal Brasil “Sem Homofobia”, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD). Tendo como subtítulo “Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual”, propõe questionar temas relativos à homossexualidade em todos os Ministérios do Governo e requerer políticas que apreciem essa população nas mais variadas esferas, entre elas a educação.

Buscando sanar a problemática existente, o Governo Federal autorizou, em 2009, juntamente com o financiamento do Ministério da Cultura (MINC), a abertura da Escola E-JOVEM, voltada para o público gay do Brasil. Instalada na cidade de Campinas, interior de São Paulo, a escola oferece aulas de Expressão Literária, Expressão Cênica, Espanhol, Sociologia da Homossexualidade, Dança e Expressão Artística, além de um curso para formação de *dragqueens*.

O projeto da escola E-JOVEM, segundo Saito (2011, p. 76), tenta responder a uma questão social preocupante: A taxa de suicídio de adolescentes gays é entre três a quatro vezes maior que entre héteros. Entre seus planos está a campanha “Escola Amiga”, que pretende levar às instituições de ensino diretrizes para acabar com a homofobia. É um plano a longo prazo que vislumbra uma sociedade formada por cidadãos educados desde cedo para aceitar a diversidade.

A escola E-JOVEM foi criada após três anos de existência da ONG (com o mesmo nome) como uma forma de extirpar a homofobia (que engloba um rol de preconceitos e violências sofridas pela população homossexual) e de promover uma socialização diferenciada, e se constituiu a fim de provocar mudanças na realidade social, no que tange as vivências das sexualidades.

Sendo uma escola de ensino técnico, a escola E-JOVEM tem em seu projeto pedagógico matérias diferenciadas para envolver o público atendido, sendo as de Expressão Cultural Multimídia divididas em três áreas a serem desenvolvidas e aprofundadas ao longo de três anos, sendo elas: Expressão Artística (Dança – ano 1, Música – ano 2 e Performance (*Drag Queen*) – ano 3), Expressão Cênica (WEB TV –

ano 1, Teatro – ano 2, Cinema – ano 3) e Expressão Gráfica (Fanzine – ano 1, Revista – ano 2 e Livro – ano 3), tendo como objetivo dos cursos a circulação no Estado de São Paulo do material produzido pelos alunos, tais como CDs, DVDs, livros, revistas, peças de teatro e espetáculos de *dragqueens*.

Em janeiro de 2010, após a autorização do MEC e com o repasse do Ministério da Cultura (MINC), foram abertas as inscrições para os cursos oferecidos pela escola E-JOVEM, sendo aceitos prioritariamente interessados com idade entre 12 a 18 anos (outras faixas de idade eram aceitas se houvessem vagas remanescentes). As inscrições desde o início foram abertas ao público heterossexual, aceitando os “simpatizantes” do público LGBT como ingressantes no ensino técnico da escola.

O principal objetivo da E-JOVEM é oferecer ao jovem todas as ferramentas para que ele possa se expressar, conhecer a Cultura LGBT e produzir sua própria cultura, propondo uma socialização diferenciada.

O objetivo geral deste artigo é conhecer a realidade vivida pelos alunos e professores na escola E-JOVEM e as possíveis transformações vividas tanto no âmbito pessoal (aprendizagem, liberdade, entre outros) quanto no âmbito coletivo, relativo ao combate à homofobia, além de descrever a estrutura e o ambiente físico, social e educacional da Escola E- Jovem; levantar e analisar avanços e supostos impasses, de diversas ordens, vividos e assumidos pela experiência pedagógica, relacionando-os às políticas públicas que a originaram e seus objetivos;

Este trabalho insere-se em uma leitura interdisciplinar, coletando metodologias e teorias para dar conta do trabalho envolvido na produção e elaboração das políticas de combate à homofobia, como proposto pelo próprio MEC. Neste trabalho coube estudar um caso (E-JOVEM) e refletir sobre os avanços e dificuldades na implementação de políticas públicas de combate à homofobia.

Os dados obtidos deram luz sobre os problemas essenciais da natureza e funcionamento da cultura e do comportamento social humano.

Em um trabalho do tipo etnográfico destacam-se: (a) o papel da teoria na construção das categorias; (b) a necessidade de se respeitar princípios da etnografia, como a relativização (centrar-se na perspectiva do outro) e o estranhamento (esforço deliberado de análise do familiar como se fosse estranho); (c) o desenvolvimento do

trabalho de campo com apoio em observação planejada, e em instrumentos e registros bem elaborados. Aponta-se a importância de que o relatório apresente vinhetas descritivas, citações literais de falas e de documentos que comprovem as interpretações feitas e que sejam explicitadas as justificativas de escolhas teóricas e metodológicas do pesquisador em cada momento e para cada finalidade. Fase exploratória ou descritiva, realizada por meio de Observação Participante. Nesta fase o pesquisador realizou visitas à Escola E-JOVEM, com objetivo de observar o cotidiano vivido pelas pessoas neste local (ambiente escolar: direção, professores e alunos).

A observação participante combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e observação direta e a introspecção. Consequentemente, é um tipo de estratégia que pressupõe um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada.

A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996, p.79). A observação também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade. Essa técnica é denominada observação assistemática, por meio da qual o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. Geralmente esse tipo de observação é empregado em estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado.

A observação participante se distingue da observação informal, ou melhor, da observação comum. Essa distinção ocorre na medida em que pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles, neste caso, na E-JOVEM. Esse tipo de coleta de dados muitas vezes leva o pesquisador a adotar temporariamente um estilo de vida que é próprio do grupo que está sendo pesquisado.

A pesquisa em andamento trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, configurando-se como um estudo de caso, realizado na escola E-JOVEM.

2 Desenvolvimento como liberdade e homofobia

Se o desenvolvimento da civilização é tão semelhante ao do indivíduo, e se usa os mesmos meios, não teríamos o direito de diagnosticar que muitas civilizações, ou épocas culturais - talvez até a humanidade inteira - se tornaram neuróticas sob a influência do seu esforço de civilização?
SIGMUND FREUD

Em 1950, um ramo de estudo intitulado como a “economia do desenvolvimento” tinha como principal preocupação os meios para a promoção e o crescimento da renda per capita, tendo a ideia central de que existia uma relação direta entre o consumo, a renda e a satisfação, lidando com os aspectos econômicos do processo de desenvolvimento dos países menos ricos, focando não só os métodos para promover o crescimento econômico e a mudança estrutural, mas também, em como melhorar o potencial da sociedade no geral.

O nível de riqueza gerado pelo processo de globalização teve seus aspectos negativos, problemas evidenciados como a fome, pobreza, falta de liberdades, preconceitos, regimes autoritários, entre outros. Tendo em vista essas reais problemáticas, o economista indiano Amartya Sen, homenageado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1998, questiona o porquê isso até hoje acontece, como o acúmulo de bens, riquezas, não supre o bem estar social de toda a sociedade (apenas uma minoria). Para o economista, a promoção do bem estar (desenvolvimento), deve passar por várias questões, não tão somente as questões econômicas, orientando-se pelo questionamento de qual é o valor próprio da vida humana, que perpassa por estar livre de doenças evitáveis, de uma morte prematura, ter uma boa alimentação, e a de ser um cidadão apto a exercer sua "cidadania", que sabe questionar, que sabe de seus direitos e deveres, que tem a “liberdade” como precursora de sua vida, sendo possível desenvolver suas potencialidades.

O desenvolvimento pode ser visto, argumenta-se aqui, como um processo de expansão das liberdades reais de que desfrutam as pessoas. Enfocar a liberdade humana contrasta com concepções mais estreitas do desenvolvimento, como as que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto ou com o aumento da renda pessoal, ou com a industrialização, ou com o avanço tecnológico, ou com a modernização social... Ver o desenvolvimento em termos da expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que tornam o desenvolvimento importante, antes que meramente para os meios, que, inter alii cumpre parte proeminente no processo (AMARTYA SEN, 1993, p.13).

Em muitos livros e artigos, o desenvolvimento se enquadra apenas à definição econômica, porém, desenvolvimento pode ser difundido como um processo de alargamento das liberdades vivenciadas (reais) de que uma pessoa possa usufruir.

SILVA (2003), ao pesquisar Amartya Sen, mostra que a expansão da liberdade é o fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua ação racional.

A busca pela liberdade de cada ser humano é fundamental para sua emancipação diante de posições preestabelecidas, sejam elas pelo Estado, Família ou Religião, que direcionam o homem para certo caminho sem ao menos deixá-lo questionar se aceita ou não seguir sendo guiado. Em vários momentos da história, certas liberdades como as políticas sociais são vistas como "constituintes do desenvolvimento" ou "indutoras do desenvolvimento" (sendo elas as participações sociais, busca pelos direitos e até mesmo manifestos populares), onde o indivíduo demonstra querer ser livre diante de uma opressão muitas vezes massacrante, que o inviabiliza de dar suas opiniões e até mesmo de ter sua individualidade garantida.

Ter a liberdade para fazer coisas a que se atribui valor por si mesmo, e melhorar as condições para se obter resultados. A liberdade não é só a base da avaliação do sucesso e do fracasso, mas também, a principal determinante da iniciativa individual e da eficácia social (SILVA, 2003, p.34).

As liberdades efetivadas contribuem para o alargamento da liberdade humana em geral, promovendo assim, o desenvolvimento. Liberdades que incluem o combate à fome, participação política, liberdade religiosa, liberdade de expressão, educação, saúde, etc. Dentre essas liberdades, destaca-se a busca pelos "direitos de igualdade", iniciada no final dos anos 70, caracterizado, entre outros, pelo processo de ressurreição da sociedade civil, onde vários movimentos sociais vieram à tona, entre eles a de grupos de gays e lésbicas, que até aquele momento, eram vistos como "marginais", sem direito de existência social, apenas ao desprezo e a hostilização, e que após essa visibilidade, passaram a ter suas potencialidades à mostra, como forma de liberdade, realizando

combinações de funcionamento alternativas, levando diferentes estilos de vida (fora do padrão pré-estabelecido).

Muitas vezes a expansão de liberdades de uns gera, o "estranhamento" de outros, que não acostumados com tal, sentem-se feridos ou por fora do jogo de interesse. Por isso as mudanças sociais devem ser acompanhadas de um debate público e esclarecimentos, podendo ambas as vozes serem ouvidas, para que se obtenha mudanças de mentalidade, no sentido de sair de uma lógica excludente, buscando uma nova: que inclui, que integra e que permite crescimento. Este seria um modo de construção democrática, em que a heterogeneidade das preferências e dos valores seria colocada em diálogo.

No caso do movimento pela inclusão social de gays pode-se observar o seguinte:

O movimento *gay* começou a se organizar entre o final da década de 1970 e o início dos anos de 1980. Não somente o movimento *gay*, mas outros grupos sociais, nesta época, articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis. Essas reivindicações demonstravam a importância do contexto político em que se desenvolviam (FERRARI, 2006, p.11).

Maluf (2000) afirma que a diversidade de situações como expressão de desigualdade com sentido quantitativo constitui-se na dimensão tradicionalmente realçada nas análises sobre os processos de desenvolvimento. Tome-se a noção de desenvolvimento desigual que expressa, a rigor, uma característica intrínseca ao desenvolvimento capitalista que dá lugar aos processos de diferenciação entre os agentes econômicos (concentração de capital), entre as regiões (concentração espacial) e mesmo entre os países.

Ao refletirmos sobre a homossexualidade e a falta de liberdades, vemos que além da questão de gênero, a economia pode influenciar ou agravar o preconceito contra o grupo LGBTTT. Diferenças nos contextos político, cultural e econômico geram uma realidade e condições distintas daquelas enfrentadas por gays e lésbicas em países desenvolvidos, e até mesmo, em uma mesma localidade, onde um homossexual rico contempla de mais respeito do que um homossexual pobre, tendo uma capacidade valorizada e outra negada (respeito por sua orientação sexual e desvio por sua renda).

Isto não quer dizer, é claro, que gays e lésbicas de classe mais baixa não tenham condições de encontrar e conhecer outras pessoas com uma orientação sexual semelhante ou não consigam estabelecer redes de contatos com outros homossexuais. No entanto, classe interfere neste processo de maneira significativa. Para os setores populares no Brasil, a função econômica da família retém uma grande importância. A renda de classes mais baixas é irregular e pequena, tornando muito difícil a independência econômica de um indivíduo de sua família, gerando preconceitos (MARSIAJ, 2003, p.32).

Contemplar distintas capacidades implica, por sua própria natureza, um enfoque pluralista, que passa por diversos fatores, entre eles na manutenção de direitos e até mesmo na condição de se exercê-los, porém, é nítido que poucas pessoas podem conceber tais privilégios. De fato, temos a necessidade de conceber o desenvolvimento como uma combinação de distintos processos, ao invés de concebê-lo como a expansão de uma magnitude aparentemente homogênea, tal como a aceitação da pluralidade e orientação sexual, refutando a noção de que se temos uma capacidade garantida e outra não, isso se torna um "entrave social", pois se evolui em um sentido e se retrocede em outros.

As coisas que as pessoas consideram valioso fazer ou ser podem ser muito diversas, e as capacidades valiosas variam desde a liberdade elementar, tais como livrar-se da fome e da desnutrição, até capacidades complexas, tais como a obtenção do auto-respeito e a participação social. O desafio do desenvolvimento humano requer atenção a uma variedade de questões setoriais e a uma combinação de processos sociais (AMARTYA SEN, 1993, p.76).

O sociólogo e filósofo alemão Axel Honneth, representante da tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt, que sustenta a teoria habermasiana³, afirma que a sociedade precisa ser criticada do ponto de vista do horizonte da dimensão da intersubjetividade social (condição da vida social que permite a partilha de sentidos, experiências e conhecimentos entre sujeitos), na qual as instituições estão inseridas, sendo assim, a sociedade poderia ser desenvolvida a partir do conceito hegeliano⁴ de

³ Teoria ligada a Jürgen Habermas (Düsseldorf, 18 de Junho 1929). Filósofo e sociólogo alemão, inserido na tradição da teoria crítica e do pragmatismo. É conhecido por suas teorias sobre a racionalidade comunicativa e a esfera pública

⁴ Diz respeito às teorias do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), um dos primeiros pensadores a se preocupar com a “modernidade” como base dos estudos sociológicos.

luta por reconhecimento (respeito), onde a população envolvida, busca caminhos para melhorias. Para Honneth (2003) o tipo de reconhecimento característico das sociedades tradicionais é aquele ancorado na concepção de status: em sociedades desse tipo, um sujeito só consegue obter reconhecimento jurídico quando ele é reconhecido como membro ativo da comunidade, e garante seu devido espaço.

Os atores sociais só conseguem desenvolver a consciência de que eles são pessoas de direito, e agir conseqüentemente, no momento em que surge historicamente uma forma de proteção jurídica contra a invasão da esfera da liberdade, que proteja a chance de participação na formação pública da vontade. (HONNETH, 2003, p.15).

Pensando na questão de grupos LGBTTTT, iniciadas nos anos 70 e 80, onde atores sociais que lançaram projetos obtiveram grandes conquistas e ainda continuam lutando, visando mudanças, em especial, no combate contra a homofobia, vemos nitidamente uma busca pelos direitos e principalmente por suas liberdades. Na segunda metade dos anos de 1990, uma série de processos e acontecimentos se mostraram consideráveis no quadro de articulações, que caracterizaram o movimento na década de 1980 e em outras representações sociais sobre a homossexualidade, tradicionalmente marcadas pelo estigma e pelo preconceito. Entre essas mudanças, destaca-se o trabalho do Legislativo e do Judiciário, onde emergem diferentes iniciativas visando à coibição da discriminação e à ampliação de direitos. A luta em prol do respeito e principalmente por suas liberdades, introduz ao grupo LGBTTTT conceitos derivados de Amartya Sen, pois nestas buscas o exercer da democracia, encarada como um leque de oportunidades a serem geradas, é afirmado.

Sabe-se que os conflitos por reconhecimento de direitos são avaliados por situações de desrespeito, principalmente quando se luta por questões que visam o desenvolvimento social, e dessa forma, “tende a conter todos os pressupostos intersubjetivos que hoje precisam estar preenchidos para que os sujeitos se possam saber protegidos nas condições de sua auto-realização” (HONNETH, 2003, p. 270). Nas sociedades modernas, as relações de estima social são sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida.

Diante deste panorama, o intuito deste trabalho é de investigar a escola E-JOVEM, verificando as ações que geram o desenvolvimento como liberdade ligadas à luta contra a homofobia.

3 Algumas considerações sobre a metodologia e resultados preliminares

Este artigo insere-se em uma leitura interdisciplinar, coletando metodologias e teorias da etnografia, principalmente, para dar conta do complexo envolvido na produção e elaboração das políticas de combate à homofobia, como proposto pelo próprio MEC. A proposta é a realização de um estudo de caso na escola E-JOVEM e refletir sobre os avanços e dificuldades na implementação de políticas públicas de combate à homofobia.

A coleta de dados aconteceu da forma descrita a seguir:

A) Fase exploratória ou descritiva, realizada por meio de Observação Participante. Nesta fase o pesquisador realizou visitas à Escola E-JOVEM, com objetivo de observar o cotidiano vivido pelas pessoas neste local (ambiente escolar: direção, professores e alunos). Os dados obtidos pelas observações e conversas informais com os atores sociais foram registrados sistematicamente em diário de campo.

B) Fase focalizada, realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com 5 docentes e 5 discentes da escola. As entrevistas foram transcritas na íntegra e deverão passar por uma análise de conteúdo. Todos os cuidados éticos foram tomados na condução do estudo de campo.

Como a pesquisa ainda está em andamento, são apresentados no atual artigo resultados relativos a primeira fase da pesquisa.

A E-JOVEM foi fundada por Deco Ribeiro, em 2001. A escola é administrada conjuntamente com a esposa, a *drag* Lohren Beauty, ou Chesller Moreira. A proposta da Escola Jovem LGBT é sanar a homofobia e divulgar as produções criadas por homossexuais.

Outro objetivo da Escola Jovem LGBT é incentivar novos trabalhos e criações, por isso oferece cursos ligados a produtos que possam ser distribuídos para a comunidade, como espetáculos de dança, vídeos para internet e fanzines.

Para Amartya Sen (2000), a liberdade está associada aos direitos que as pessoas possuem para viverem sem restrições. Ele considera oportuno agregar todas as garantias: políticas, protetoras e, civis aos cidadãos, para que possam exercer de fato a cidadania.

O economista aponta cinco tipos de liberdades que compõem “O exercício pleno da cidadania das pessoas: (1) liberdades políticas; (2) facilidades econômicas; (3) oportunidades sociais; (4) garantias de transparência; (5) segurança protetora” (SEN, 2000, p. 25). No tocante ao tema proposto, falar em liberdade de expressão sexual leva à reflexão sobre as oportunidades sociais e segurança protetora, nos termos de Sen.

O Brasil vivencia ainda hoje o fato de partidos políticos de cunho religioso e outros grupos moralistas interferindo nas questões referentes à sexualidade, considerando todas as manifestações não heteronormativas uma afronta “à moral e aos bons costumes”.

No entanto, a diversidade sexual não fere direitos correlatos à liberdade das pessoas. Compreender, legitimar e politizar a diversidade sexual é atentar-se à garantia da liberdade incondicional que todo ser humano necessita para se desenvolver.

Quando um Estado, representado por políticos moralistas defendem ideais excludentes, como por exemplo, quando negam reconhecer direitos aos LGBTTTs, estão ferindo não só as pessoas, mas também a carta constitucional e tratados internacionais que preconizam a liberdade.

A liberdade política e as liberdades civis são imediatamente importantes em si mesmas e não têm de ser indiretamente justificadas pelos seus efeitos na economia. Pessoas sem liberdade política ou direitos cívicos estão privadas de liberdades importantes para a construção de suas vidas e vêm recusada a oportunidade de participarem em decisões cruciais relativas à vida pública (SILVA, 2000, p. 06 – 07).

Deixar de reconhecer e legitimar a existência digna dos LGBTTTs nesta nação é perpetuar um histórico de violência e preconceito frente a este público; é manter a nação estagnada no tempo, desrespeitando o povo que aqui nasceu ou que escolheu o Brasil

como território para moradia e desenvolvimento. Para Sen(1993) a liberdade vai além daquela comumente apresentada, ligada a uma rentabilidade econômica, transformando sua condição de pobreza. A liberdade se associa à outras vertentes de grande importância que garante qualidade de vida.

A visão do economista pode ser refletida a partir da fala dos entrevistados, que ofereceram uma gama de informações que retratam as privações de direitos e a consequente restrição de liberdades que vivenciaram durante suas vidas. Observam-se como obstáculos aspectos culturais oriundos da família e da sociedade, descompromisso educacional com a diversidade sexual, que geram homofobia e agressões físicas, sexuais e psicológicas a homossexuais, havendo falta de espaço de expressão a essa população.

Discutir sexualidade e suas múltiplas expressões é pensar nas oportunidades sociais, civis e políticas que todos merecem possuir. Debater a questão sexual e as implicações sociais nesta é pensar em melhores condições de vida aos LGBTTTs.

Para isso, é necessário que a sociedade repense suas tradições, pois estas, à luz de Sen, ainda compreendem a uma forma de imposição de suas ideologias, formatando comportamentos, hábitos, autorizando determinadas práticas, proibindo outras. As tradições, quando enriquecem uma nação e preservam uma história e cultura é de grande valia, mas quando restringem as liberdades humanas devem ser repensadas.

Para Silva (2000, p.10), “considerar o desenvolvimento em termos das liberdades concretas das pessoas tem implicações de longo alcance, como a da importância central da privação de restrições”.

Nota-se que muitas pessoas têm se mobilizado no sentido de questionar as privações a que estão submetidas e exigem um olhar mais sensível por parte do Estado para questões de ordem racial, de gênero e de sexualidade. Estes aspectos se tornam, portanto, fundamentais quando se pensa desenvolvimento humano e social. Sen afirma que para a sociedade viver a plena liberdade é necessário um processo de desenvolvimento amigável, distante de imposições, violências ou outras formas coercitivas de silenciar a população.

Abordar uma escola destinada ao público LGBTTT em um programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Regional é saber reconhecer a importância de estudos que podem ser úteis para a ampliação nas produções científicas referentes ao segmento

LGBTTT, além de refletir sobre possibilidades para garantia de seus direitos e sociabilidade na sociedade contemporânea, mostrando que a humanidade se desenvolve de acordo não só com as mudanças econômicas e sim com mudanças sociais.

A E-JOVEM proporciona aos alunos momentos de libertação diante da opressão vivida por cada um, pode se verificar, nas falas dos entrevistados que o preconceito que ainda existe contra pessoas que vão em caminhos inversos do que a sociedade coloca como padrão, é forte e preocupante. Ao se ter momentos de afetividade e de abertura diante das falas e da preocupação daqueles que sofrem, a E-JOVEM passa para seus alunos e a comunidade, o sentido da liberdade diante da aceitação de suas orientações sexuais, sem medo de represálias, mesmo se isso existir ao menos no espaço escolar da E-JOVEM.

Como em todo momento de mudança, a realidade de hoje guarda várias contradições. Ao mesmo tempo em que vemos e convivemos cada dia mais com uma diversidade sexual cada vez mais rica e menos rotulada, se mantêm e até se reforçam atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas de pessoas, grupos e instituições conservadoras. Esse embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão originada nos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos. Na família, no círculo de amigos, na comunidade, no trabalho e, é claro, na escola.

É fundamental hoje que se ampliem, criem e estabeleçam políticas públicas voltadas para profissionais de educação que trabalhem para deslocar as discussões sobre a homossexualidade.

É importante ampliar o debate sobre sexualidade, gênero, sexismo, enfim, uma série de questões mais amplas e que são fundamentais para a superação de um ambiente homofóbico na escola.

Gadotti (2000, p 41) questiona “que tipo de educação necessitam os homens e as mulheres dos próximos 20 anos, para viver este mundo tão diverso?” Certamente, eles e elas, necessitam de uma educação para a diversidade, necessitam de uma ética da diversidade e de uma cultura da diversidade. Uma escola que eduque para a pluralidade cultural, que perceba o outro como legítimo outro, o qual possui uma história, uma cultura, uma etnia e que perceba a turma de alunos como heterogênea, visto que cada

aluno possui um diferencial, pois provém de lugares, culturas e famílias distintas, apresentando ritmos diferentes para aprender, o que caracteriza a pluralidade no espaço escolar.

A luta dos educadores da E-JOVEM pelos direitos e pelo reconhecimento das diferenças não pode ser dar de forma separada e isolada. É preciso que políticas governamentais apoiem os programas educacionais, bem como os meios de comunicação, os quais tem forte influência de persuasão. O professor não pode pensar que a inclusão é exclusividade de deficientes ou de pessoas vistas como “não pertencentes” ao convívio social (visão homofóbica) e que para esta acontecer basta adaptar o espaço físico e ter profissionais qualificados. Isto é preciso, mas não é o suficiente, porque uma escola com olhar voltado para a inclusão social, jamais irá pensar somente no “diferente”, mas sim em todo tipo de diferença que existe e que surge a cada dia.

A cidade de Campinas avançou com o estabelecimento do E-JOVEM, representando uma iniciativa de resistência ao conservadorismo e de emancipação do respeito à visibilidade LGBTTT. As políticas para a juventude ganham com ações da natureza apresentada pela Escola Jovem e a sociedade, mesmo resistente, passa a enxergar (o que é muito importante em um processo de ruptura e desenvolvimento) o trabalho da Instituição.

Mudar não é tarefa fácil e todos sabemos disso, mas o prazer da mudança surge quando a própria escola se torna espaço de (trans)formação. E somente através desta prática (trans)formadora é que poderemos construir uma sociedade mais justa, que inclui e não exclui, que perceba a escola como espaço de construção, através da valorização das individualidades, do respeito para com as diferenças, com a cultura de cada um, onde a educação é o elemento essencial para um mundo menos violento.

Pensar a questão da implementação das políticas públicas contra a homofobia importa em uma tentativa de definirmos as políticas públicas. Para Celina Souza, não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública e sintetiza dizendo:

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar

essa ação (variável independente) e, quando necessário, propormudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações,que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (Souza, 2002).

Conclui-se que a E-JOVEM proporciona aos alunos momentos de libertação diante da opressão vivida por cada um, pode se verificar, nas falas dos entrevistados que o preconceito que ainda existe contra pessoas que vão em caminhos inversos do que a sociedade coloca como padrão, é forte e preocupante. Ao se ter momentos de afetividade e de abertura diante das falas e da preocupação daqueles que sofrem, a E-JOVEM passa para seus alunos e a comunidade, o sentido da liberdade diante da aceitação de suas orientações sexuais, sem medo de represálias, mesmo que isso pareça existir somente no espaço escolar da E-JOVEM.

A implementação dos programas de políticas públicas contra a homofobia vem atender dispositivo constitucional e garantia suprema dos direitos humanos, objetivando ações proativas dos organismos de segurança pública no combate aos crimes de intolerância, assim como promover no seio da sociedade a cultura da tolerância e respeito às diferenças.

Não se concebe à luz do estado democrático de direito que ainda existam sociedades que pratiquem fomentem ou se omitam em relação aos crimes de ódio que vêm dizimando membros de sua sociedade, relegando-lhes a um segundo plano, empurrando-os para um armário sombrio onde muitos vivem durante toda a vida com medo da discriminação, privados do maior de todos os direitos dados ao ser humano: a felicidade.

Include deleting or delete including: school for the gay community and the process (trial) social inclusion

Abstract. Some of the policies incorporated in the Federal Government are intended to remedy issues of homophobia in the school environment. The Federal Program Brazil "Without Homophobia" was

launched by the Special Secretariat for Human Rights (SEDH) in 2004, through the National Council for Combating Discrimination (CNCD). This program aims to combat violence and discrimination against LGBT citizens and promote homosexual, questioning issues related to homosexuality in all Government Ministries and propose policies that enjoy this population in various spheres, including education. Under these policies, was established in Campinas-SP a school focused on LGBT public, called E-Young. The current research project focuses on the investigation of the reality experienced by the students of this school, in order to verify the possible transformations in both personal (learning, freedom, among others) and in the collective on combating homophobia. Data collection will take place in two stages: initially by conducted participant observation in the school environment, then a field diary was conducted. Preliminary results indicate that assert themselves gay or lesbian is to say, at first, that does not live according to the natural and conventional, which will experience a new form of marriage and family, than expected by parents, uncles, grandparents, etc..

Keywords. Homophobia. Education. Public Policies. Development Human and Social Development. Development as Freedom.

Incluya borrar o eliminar incluyendo: escuela para la comunidad gay y el proceso (de prueba) de la inclusión social

Resumen. Algunas políticas públicas insertado en el Gobierno Federal están destinadas a remediar las cuestiones relativas a la homofobia en el ámbito escolar. El Programa Federal de Brasil "Sin Homofobia" fue lanzado por la Secretaría Especial de Derechos Humanos (SEDH) en 2004, a través del Consejo Nacional de Lucha contra la Discriminación (ECNT). Este programa tiene como objetivo luchar contra la violencia y la discriminación contra el grupo LGBT y promover la ciudadanía homosexual, cuestionando las cuestiones relacionadas con la homosexualidad en todos los ministerios, así como proponer políticas que gozan de esta población en diversos ámbitos, entre ellos la educación. Dentro de estas políticas, se estableció en Campinas-SP una escuela frente al público LGBT, llamado E-JOVEM. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo conocer la realidad que viven los estudiantes y maestros de esta escuela y se refirió a las posible transformaciones, tanto en personal (de aprendizaje, libertad, etc.) y el marco colectivo en la lucha contra la homofobia. La recolección de datos se llevó a cabo en dos etapas: la observación participante inicialmente se llevaron a cabo en el entorno escolar, y luego se llevaron a cabo entrevistas semiestructuradas con profesores y estudiantes de la escuela. Los resultados preliminares muestran que se afirman gay o lesbiana es decir al principio que no va a vivir de acuerdo a lo natural y convencional, que va a experimentar una nueva forma de matrimonio y la familia, de lo esperado por los padres, tíos, abuelos, etc.

Palabras clave: Homofobia. Educación. Políticas públicas. Desarrollo humano y social. El desarrollo como libertad .

Referências

AMARTYA, S. E. N. **O desenvolvimento como expansão de capacidades.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 1993.

ARENDT, H. **Crisis da República.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

- BORRILLO, D. Homofobia. Espanha: Bellaterra, 2001.
- CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Papyrus, 1993.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FERRARI, A. **Revisando o passado e construindo o presente**: o movimento gay como espaço educativo. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>> 2006. Acesso em: 21 de ago. de 2015
- GIRARD, R.A **violência e o Sagrado**. São Paulo: Unesp, Paz e Terra, 1990.
- HONNET, A. **Lutaporreconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JUNQUEIRA, R.D. **Homofobia**: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Revista Bagoas, v.1, n.1, p. 1-22. 2007. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf>. Acessado em: 10 Julho 2013.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- LORENZ, K. **Agressão**: Uma história natural do mal. São Paulo: Moraes, 1973.
- MARSI AJ, J. (2003). **Gays ricos e bichas pobres**: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. In Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10.
- MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1993
- MALUF, R. S. **Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, p. 53-86, 2000.
- GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.
- PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 2, 1996, p.59-7.
- SAITO, B. Y. **Revista Criativa** - Globo – Edição 267 , Julho de 2011.
- SCHULMAN, Sarah. **Ties that Bind**: Familial Homophobia and Its Consequences. New York: The New Press, 2009.
- SILVA, H. B. Amartya Sen, **Desenvolvimento como Liberdade**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Seminário de Ética e Filosofia Política. 2000.

SOUSA FILHO, Alípio. *Educação sem Preconceito: A Família e a Homossexualidade*. In: **Revista Eletrônica Boca da Noite**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20EM%20JORNAL%20E%20REVISTAS/ARTJORNAL_PDF/EDUCACAO%20SEM%20PRECONCEITO.pdf>. Acesso em: 1 junho. 2015.

TIN, Louis George (org). **The Dictionary of Homophobia**. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2008.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.2, Florianópolis, 2001.

*Recebido em dezembro de 2015.
Aprovado em abril de 2016.*